

Economistas submetem programa

O Distrito Federal ainda não teve o seu governador indicado pelo presidente eleito, mas o Conselho Regional de Economia de Brasília assumiu funções semelhantes às da Comissão para o Plano de Ação do Governo Tancredo Neves e já concluiu um programa administrativo para análise dos diversos candidatos ao Palácio do Buriti. A exemplo do que ocorre a nível federal, os economistas de Brasília dão ênfase à execução de um programa de emprego.

Na abertura do plano de ação do próximo governo, os economistas de Brasília saudam a "Nova República": "Aqui, nenhuma forma de participação foi permitida, a não ser a que se fez sem qualquer delegação de poderes e representatividade, ao pé-do-ouvido do Rei. Ainda assim, isso corrobora a regra: os brasileiros estiveram, todos eles, cassados durante esses anos todos e, quando tentaram levantar suas vozes reivindicatórias, o fizeram como contestação, sofrendo os riscos e as penas de exceção. Agora, pretendemos encerrar essa fase. Os brasileiros irão participar dos destinos nacionais - que se forjarão na Constituinte e no Congresso Nacional - e deverão, também, participar das decisões que afetam sua vida comunitária".

Também como Tancredo definiu para sua equipe de governo, os economistas esperam do governador do Distrito Federal talento, competência, espírito libertário e probidade. "O governador, seja de que partido ou origem for, será aplaudido pela sua compreensão dos problemas da cidade e sua habilidade em equacioná-los à luz da

vocação universalista de Brasília. Deverá, sobretudo, admitir a contradição subjacente a Brasília, entre aspirações locais e nacionais aqui depositadas" - registra o Conselho de Economia.

Em razão de extrapolar o seu potencial econômico-social pelos estados vizinhos, os economistas entendem que o governo do Distrito Federal deve executar projeto que envolva toda a região econômica de Brasília, com a participação direta da Secretaria do Planejamento da Presidência da República; Ministério do Interior; governos do DF, Minas Gerais e Goiás; Associação dos Municípios da Região e órgãos de classe.

Na área de serviços, o Conselho propõe prioridade aos investimentos em obras de infraestrutura nas cidades-satélites e fronteiriças do Distrito Federal, com atenção ao ensino público e gratuito, subsídio às tarifas de transporte coletivo e criação de emprego. "Hoje, apesar do mito de cidade planejada, Brasília sequer dispõe de um plano diretor e de um processo de planejamento institucionalizado, com corpos técnicos especializados e universalmente reconhecidos pela sua competência" - reclamam os economistas.

Nesse planejamento, o governo do Distrito Federal precisa definir a opção em algumas questões-chaves, como industrialização, dependência financeira do Orçamento da União, dilapidação do patrimônio público de terras, agricultura voltada para exportação ou abastecimento regional e a transformação de cidades-satélites em municípios autônomos, além de

aspectos internos da reestruturação administrativa - criação de secretarias do Planejamento, da Indústria e Comércio e de Cultura e Lazer.

Segundo os economistas, Brasília dispensa a industrialização como fator de capitalização, por ter o privilégio de ser a capital federal - "aufere renda sem esforço propriamente produtivo".

Ao reconhecer que a oferta de emprego em Brasília "encontra seus limites no esgotamento dos processos de implantação e consolidação das funções político-administrativas da Capital da República", o Conselho Regional de Economia sugere o estímulo ao pequeno produtor rural, implantação de núcleos de colonização agrícola, descentralização dos gastos públicos a favor da periferia, implantação de indústrias não-poluíntes e intensivas em mão-de-obra, proteção e fomento às atividades informais, contratação direta do pessoal de serviços de apoio e fixação de cronograma para execução de obras de responsabilidade do setor público.

Como o passageiro dos ônibus de Brasília se desloca, em média, 30 quilômetros - três vezes superior à média nacional - paga uma das tarifas mais caras do País. Por isso, os economistas afirmam que a solução para o problema tem que ser política, com a concessão de subsídio ao usuário de baixa renda das cidades-satélites: "Nesse caso, o trabalhador pagaria até 6% de sua renda e o restante seria subsidiado, via vale-transporte, na etapa inicial, pelos governos local e federal".